



DILEMAS DE UM HISTORIADOR: NARRATIVAS INDICAM A EXISTÊNCIA DE UMA IDENTIDADE POLÍTICA CAPIXABA?

José Candido Rifan Sueth
Mestre em História – UFES

RESUMO: Analisar a política capixaba, em seu contexto global e histórico, esse é o objetivo deste estudo, que levanta a hipótese da existência de uma identidade política do estado do Espírito Santo, comparando práticas políticas do presidente de Estado Muniz Freire com outras em vigor no Brasil do século XXI. O estudo procura se fundamentar em conceitos de conhecidos especialistas no tema identidade e tira conclusões fundamentadas em documentos publicados ao longo de pelo menos um século. A conclusão é de que existe uma identidade política capixaba e de que, para a História do estado do Espírito Santo e do Brasil, é de suma atualidade estudá-la.

Palavras-chave: Identidade; Política; estado do Espírito Santo.

ABSTRACT: The aim of this research is to analyse capixaba politics, in its global and historical context, by formulating the hypothesis of existing a Espírito Santo state's political identity, through comparing political practices between those one of the state president Muniz Freire and other ones existing in Brazil's XXI century. This study looks for basing in concepts formulated by known specialists in identity subject and takes conclusions based in documents published since one century at least. The conclusion is that there is a capixaba political identity and that, for Espírito Santo state's and Brazil's History, and that is to be updated to study it.

Key-words: Identity; Politics; Espírito Santo state

Corria o ano de 1885. Faltavam ainda quatro anos para a proclamação da República. O Império brasileiro agonizava. A província do Espírito Santo plantava

café e já começara a receber levas de imigrantes europeus. Com a força e o entusiasmo de seus 23 anos, um jovem capixaba nascido em Vitória dá início, em 17 de maio de 1885, à publicação de *Cartas ao Imperador no A Província do Espírito Santo*, primeiro diário que circulou em terras capixabas. Decepcionado com a suspensão, por intermináveis problemas burocráticos, de um contrato destinado à construção de uma ferrovia que faria a ligação entre Vitória e a atual cidade de Aimorés, na divisa com Minas Gerais, José de Mello Carvalho Muniz Freire exteriorizava, nessas cartas, seu sonho de lutar para que seu estado do Espírito Santo brilhasse e se afirmasse no cenário nacional. Tratam-se de sete editoriais em que Muniz Freire procura demonstrar a necessidade de se investir na infraestrutura do estado capixaba. Foi esta uma polêmica que lembra muito uma série de problemas da atualidade, tais como a duplicação da BR 101, a modernização do aeroporto Eurico Salles e as questões relativas à exploração do petróleo no litoral capixaba.

Em sua primeira Carta, Muniz Freire se lamenta e pede socorro ao poder central, o Imperador D. Pedro II: "[...] também somos uns enjeitados dos poderes públicos, e também contamos hoje como tábua única de salvação com a influência inspirada que Vossa Paternal Solicitude possa exercer em nosso favor." (MUNIZ FREIRE, 2012, p.14). Na carta de número 5, nosso estadista continua: "Apesar de pequena e desprotegida, esta província poderia já, e com muitas vantagens, entreter com o estrangeiro relações de comércio direto para a importação e para a exportação de seus gêneros [...]". (Idem, p. 29). Na segunda carta, ele afirma com tristeza: "[...]o desamor dos estadistas e legisladores brasileiros pela prosperidade desta zona do Império, não porque ela seja indigna de incentivos, ou pouco suscetível de progressos: V. M. já viajou-a em parte, e sabe que elementos fecundos de riqueza oferece essa natureza bruta à indústria e à atividade humana. Mas, os nossos homens públicos ignoram todas essas coisas; a sua incompetência para o governo começa por ignorarem eles até a geografia do país, do que não são raros os exemplos que temos." (2012, p. 17).

Muniz Freire é considerado um dos governantes capixabas que seguia "um padrão de modernidade que se iniciou na Europa, no final do século XIX, e que tomou vulto no Brasil, a partir dos primeiros anos do século XX" (FRANCO, 2003, p. 47). Ao longo de sua intensa vida pública - jornalista, advogado, vereador, deputado

provincial, deputado federal, por duas vezes presidente de estado (nome dado aos governadores, no início da República brasileira) e senador da República - , são inúmeros os discursos e artigos em que Muniz Freire se lamenta do desprezo em que é colocado o estado do Espírito Santo no cenário político nacional.

Em todo o período da Primeira República (1889-1930), o estado do Espírito Santo foi tão ausente da política nacional, que sequer um político capixaba esteve presente em qualquer dos diversos ministérios que compunham os governos de então. Veja o quadro seguinte que reúne dados até 1910, mas que se repetiram até a queda de Washington Luís (1930):

TABELA 1 – Número de anos em que os postos de gabinete foram ocupados por representantes dos partidos estaduais: de 15 de novembro de 1889 a 14 de novembro de 1910.

Estados	Anos em todos os ministérios	Anos na Fazenda, Viação e Justiça
Minas Gerais	12,64	7,69
Bahia	9,73	9,35
São Paulo	9,02	7,29
Pernambuco	5,51	4,74
Goiás	5,41	5,41
Mato Grosso	4,66	4,66
Rio Grande do Norte	4,41	4,41
Rio de Janeiro	4,25	3,07
Santa Catarina	4,00	4,00
Ceará	3,12	2,36
Paraíba	2,73	2,73
Rio Grande do Sul	2,56	1,51
Pará	2,27	1,08
Sergipe	1,30	1,30

FONTE: Dados extraídos de Dunshee de Abranches, Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil (São Paulo, 1918); Almanaque de Gotha, 1923-1931 (Gotha, 1922-30); Augusto de Bulhões, Ministros da Fazenda do Brasil 1808-1954 (Rio, 1955); Max Fleiuss, História Administrativa do Brasil (São Paulo, 1922).

É interessante notar que até outros estados de pequena grandeza estavam, de algum modo, presentes em algum Ministério. O estado do Espírito Santo encontrava-se entre os seis estados sem nenhuma representação nesses organismos públicos. Durante a Primeira República, cada estado possuía três representantes seus no Senado Federal. Houve momentos em que o Espírito Santo possuía apenas dois senadores capixabas, porque o terceiro - eleito pelo Espírito Santo - era mineiro. Era, assim, uma posição política de "satélite" perante outros, considerados "planetas", numa Federação na qual, em tese, todos deveriam ser considerados iguais (SUETH, 2006).

Ora, para quem acompanha a política brasileira na atualidade, vê-se que se trata de uma permanência histórica, em que a exclusão do estado do Espírito Santo - e a mágoa daí decorrente, marcando muitas declarações de políticos, como também sentimentos expressos pela população capixaba, em geral - estão ainda muito presentes nestes primeiros anos do século XXI. É assim que os jornais capixabas têm apresentado quase todos os anos o *ranking* dos estados, no que diz respeito aos investimentos federais: o Espírito Santo está, quase sempre, nos últimos lugares, perdendo não só para São Paulo ou Minas, mas também para estados menores. Aeroporto, BR 101 e *royalties* do petróleo estão aí para indicar a continuidade do mesmo processo.

Embora se possa não concordar com as conclusões que se podem tirar de suas declarações, um conhecido empresário capixaba, alto dirigente de influente entidade ligada à indústria, publicou um artigo que confirma o que aqui procura-se demonstrar: a continuidade de uma linha política, no que diz respeito ao estado capixaba. O referido empresário afirma que "quando avaliamos a arrecadação de impostos federais que o estado envia anualmente para Brasília, com baixíssimo retorno, constatamos que, infelizmente, o Espírito Santo em toda a sua história normalmente ficou à margem do governo federal, desde o Brasil Colônia até os dias de hoje." (IZOTON, 2012). São inúmeras as declarações de capixabas eminentes, formadores de opinião, que atualmente emitem pareceres que em muito se assemelham às ideias do empresário aqui referido.

Também a intelectualidade capixaba não se encontra ausente de posicionamentos relacionados com as reflexões feitas neste estudo. Assim, somente à guisa de

exemplo, pode-se citar Roberto Garcia Simões (2002, p. 242-243) que, em painel da História do Espírito Santo, em 2001, destacou:

[...] o descompasso entre a posição econômica do Espírito Santo e os resultados políticos são flagrantes. O Espírito Santo é o oitavo estado no ranking de competitividade nacional [...]. Porém, o Espírito Santo não está colocado entre os quinze estados divulgados que, em 2000, conseguiram mobilizar o maior volume de recursos federais para investimentos [...]. Na última década, o Espírito Santo não conseguiu atrair nenhum empreendimento significativo.

As palavras de Simões bem podem ser comparadas às de Muniz Freire, durante seu primeiro mandato (1892-1896), quando ele afirmava que o Espírito Santo já era o nono estado brasileiro pela importância de sua renda, mas desprezado e esquecido. (SUETH, 2006)

Pode-se, assim, afirmar que se trata claramente da continuidade de um mesmo processo no qual a autonomia do Espírito Santo acha-se ausente pelo menos há mais de um século. Diante dessa característica política, também permanece aquilo que se poderia chamar de “mágoa” da elite capixaba, o que faz com que todo esse fenômeno pudesse provavelmente se encaixar naquilo que Braudel (1992) chama de longa duração. Há historicamente alguma relação entre essa heteronomia e a ideia difusa de abandono do estado capixaba por parte da Federação? O que há de realidade e de mito nesse imaginário capixaba? Tudo isto compõe uma identidade política capixaba? Existe essa identidade política? Como teria sido ela construída? É admissível estudar identidades políticas regionais? Tem importância histórica estudar identidades regionais em plena era da globalização? São perguntas que as reflexões aqui contidas certamente suscitam e cujas respostas este estudo procura apenas vislumbrar.

Zygmunt Bauman, em *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi* (2005), fornece uma série de argumentos que possibilitam a um pesquisador constatar a necessidade de estudos a respeito das identidades regionais, bem como de refutar, com relação a esse tema, ideias – certamente ultrapassadas – que ligam um estudo desse gênero às noções de bairrismo supérfluo ou de academicismo desnecessário, frutos – segundo alguns – de eventuais choramingos de historiadores que, ligados à elite, olhariam com tristeza suas regiões ou seus pequenos estados, desprovidos de algum reconhecimento externo, como também de características que os

destacassem perante o Brasil e o mundo.

Muitos estudiosos falam sobre a atualidade do estudo das identidades, sejam elas nacionais ou regionais. E um deles é Zygmunt Bauman, nascido em uma Polônia que no início do século XX era considerada uma espécie de estado “satélite” entre os países europeus: pequena e sem influência, mas buscando uma identidade. Ninguém mais gabaritado para pensar em identidade, do ponto de vista de características regionais. Escrevendo para a atualidade, na introdução à entrevista que fez a Bauman, Benedetto Vecchi afirmava que “[...]a política de identidade [...] fala a linguagem dos que foram marginalizados pela globalização” e que a questão da identidade trata-se de “[...]uma convenção socialmente necessária.” Bauman, por sua vez, pensa que “atualmente [...] a identidade é o papo do momento, um assunto de extrema importância e em evidência”(2005, p. 13 e 23).

Em sua inteligência rápida, Bauman, porém, faz o contraponto com relação ao papel das identidades no mundo pós-moderno e até menciona um cartaz que, em 1994, encontrava-se espalhado pelas ruas de Berlim, ridicularizando a fidelidade a ideias que não refletem mais a realidade atual: “Seu Cristo é judeu. Seu carro é japonês. Sua pizza é italiana. Sua democracia, grega. Seu café, brasileiro. Seu feriado, turco. Seus algarismos, arábicos. Suas letras, latinas. Só o seu vizinho é estrangeiro.” Dever-se-ia concluir, então, que as identidades locais não têm mais valor? Entretanto, não é o que pensa o estudioso, pois para ele, “[...]as identidades ganharam livre curso” em meio a esse mundo globalizado, que faz com que o “anseio por identidade” seja gerado pelo “desejo de segurança”, uma vez que acham-se atualmente indisponíveis os lugares que tradicionalmente aplacavam a “sede por convívio” ou o “medo de solidão”(idem, p. 35 e 37), como a família, a vizinhança e o trabalho.

O que é, então, *identidade* nesse mundo pós-moderno? Para responder a essa questão, Bauman considera que importa compreender como se dá, hoje, o funcionamento do capitalismo. Para ele, a economia capitalista está atualmente mudando do processo exploratório para o da exclusão, a qual se encontra na base da desigualdade, da pobreza e da miséria atuais, diferentemente da “[...]exploração apontada por Marx um século e meio atrás” (2005, p. 47). Nossa época é assombrada pelo pavor da exclusão. Parece ser esse um dos grandes problemas da

pós-modernidade, e que surge de uma das grandes questões que afligem a humanidade, desde que se começou a viver em sociedade: como viver juntos, com o mínimo de conflitos? Como conciliar liberdade de escolha e auto-afirmação? Ou seja, como manter, ao mesmo tempo, a unidade e a diferença? É aí que entra a *identidade*, como manifestação da diferença.

A construção das identidades tem variado ao longo da História. Nos estados pré-modernos, a identidade era determinada pelo nascimento, o que proporcionava poucas oportunidades para que se levantasse a importante questão do “quem sou eu?”. Com o advento da modernidade, as identidades passaram a ser definidas pelas classes. E “[...]quando se trata de pertencer a uma classe, é necessário provar pelos próprios atos, pela vida inteira – não apenas exibindo ostensivamente uma certidão de nascimento – que, de fato se faz parte da classe a que se afirma pertencer”. E havia poucas dúvidas sobre a forma de vida que se deveria ter para ser considerado, por exemplo, um burguês. Atualmente, estamos passando dessa fase *sólida* da modernidade para a *fluida*, assim chamada por Bauman, porque os fluidos são assim denominados porque não conseguem manter a forma, tal qual as estruturas atuais, que mudam como se fossem fluidos.

Para se entender com clareza a atualidade do estudo da *identidade*, vale a pena transcrever a lúcida descrição que Bauman faz de nossa sociedade pós-moderna e *fluida*:

Autoridades, hoje respeitadas, amanhã serão ridicularizadas, ignoradas ou desprezadas; celebridades serão esquecidas; ídolos formadores de tendências só serão lembrados nos quizz shows da TV; novidades consideradas preciosas serão atiradas nos depósitos de lixo; causas eternas serão descartadas por outras com a mesma pretensão à eternidade (embora, tendo chameado os dedos repetidas vezes, as pessoas não acreditem mais); poderes indestrutíveis se enfraquecerão e se dissiparão, importantes organizações políticas ou econômicas serão engolidas por outras ainda mais poderosas ou simplesmente desaparecerão; capitais sólidos se transformarão no capital dos tolos; carreiras vitalícias promissoras mostrarão ser becos sem saída. Tudo isso é como habitar um universo [...] onde ninguém, em lugar algum, pode apontar a diferença entre um caminho ascendente e um declive acentuado. Não se acredita mais que a “sociedade” seja um árbitro das tentativas e erros dos seres humanos [...]. (2005, p. 58)

Daí que, para a maioria dos que habitam um mundo assim constituído, não vale a pena apegar-se a regras e manter-se fiel à lógica da continuidade. O melhor é “[...]flutuar na onda das oportunidades mutáveis e de curta duração”(2005, p. 60).

Vêm daí esses novos ventos de autonomia e independência, que não podem ser confundidos com um neonacionalismo. Trata-se de uma nova maneira de se entender a relação entre nação e Estado, já que tudo aponta para uma erosão da soberania nacional. Deseja-se reajustar a estratégia de busca coletiva de interesses, com novos atores no jogo do poder. Até parece um início de pequena explicação do fenômeno que está na origem das manifestações populares de junho de 2013, no Brasil.

Na modernidade “sólida”, havia um modelo cívico de nacionalidade, onde a identidade nacional tinha base puramente política, pois o indivíduo escolhia pertencer a uma comunidade fundamentada na associação de indivíduos que pensam de maneira semelhante. Ora, surge agora uma nova versão que sustenta que a *identidade* não é mais política, mas puramente cultural, termo controverso e sujeito a diferentes análises e interpretações. Tanto mais que o político pode estar englobado no cultural.

Como outros, também a *identidade* é um conceito ambíguo. Pode ser uma maneira de os indivíduos se afirmarem perante a comunidade, como também de grupos menores se voltarem contra grupos maiores, em virtude de estes quererem que aqueles se dissolvam no coletivo. De qualquer forma, a *identidade* parece ser um grito defensivo do menor diante do maior, da parte contra o todo. Entretanto, a *identidade* também pode ser um brado de guerra do maior contra o menor, sob o argumento de que, apesar de existirem as diferenças, essas não são suficientemente importantes para impedir a fidelidade ao todo. A *identidade* é entendida, assim, em função de duas realidades: uma defende a variedade em detrimento da unidade; e outra defende a unidade em detrimento da variedade. Talvez até se pudesse dizer que são as duas versões do conceito de *identidade*. Uma das versões defende, por exemplo, o provincianismo, as memórias e os hábitos locais, contra os da capital. Outra advoga a homogeneidade contra os particularismos da província. A *identidade* é, assim, uma “[...]intenção de devorar e, ao mesmo tempo, uma recusa absoluta a ser devorado...” (2005, p.84).

O que se deve entender, então, por *identidade*? Essa problemática do semelhante e do diferente, ou seja, da *identidade*, já preocupava os pensadores, desde a Antiguidade. Parmênides, por exemplo, buscava um elemento único, a essência,

que explicasse o real. Por outro lado, Heráclito era pluralista e via o real como o local da diferença. Platão, por sua vez, procurava conciliar as duas posições. A palavra vem do latim tardio: *identitas*, que tem a mesma raiz de *idem*, que significa o mesmo. É por isso que a filosofia conceitua *identidade* como a “relação de semelhança absoluta e completa entre duas coisas, possuindo as mesmas características essenciais, que são assim a mesma” (JAPIASSU & MARCONDES, 1996, p. 136). Russ considera que a identidade é a “característica do que permanece tal como é (embora possa ser percebido de diversas maneiras)” (RUSS, 1994, p. 137). Nesse sentido Peter Burke (2008, p. 78) cita Bourdieu que, ao analisar a identidade social, coloca que ela “está na diferença, e a diferença é afirmada contra aquilo que está mais perto, que representa a maior ameaça.”

Aplicado em História, o conceito de *identidade* poderia permitir a um pesquisador estudar um imenso leque de temas, entre os quais estaria, por exemplo, o da identidade do Brasil Império, ou do Brasil da Primeira República. E por que não o das identidades regionais, como a dos capixabas ou a dos mineiros? Naturalmente, nesse campo a História precisaria buscar ajuda em áreas como a Sociologia, a Antropologia e muitas outras, fazendo assim com que um estudo dessa natureza se adequasse àquilo que há de mais atual na historiografia, uma vez que se aproxima da Nova História Política ou da História Cultural. Burke afirma que uma das características importantes da Nova História Cultural é a preocupação com a construção da identidade que, segundo ele, “[...]não é de surpreender numa época em que a ‘política de identidade’ se tornou questão de grande relevância em muitos países.”(2008, p.116).

Não é fácil navegar nessas águas. Profundo conhecedor desse tema, Stuart Hall (1998, p. 8) afirma que o conceito de *identidade* é “[...]demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova”, sendo “[...]impossível oferecer afirmações conclusivas ou fazer julgamentos seguros [...]”.

Algumas certezas, entretanto, Hall já explicita, tornando, assim, menos difícil o trabalho de um pesquisador que queira estudar, por exemplo, alguma das identidades regionais, como é o caso da capixaba, da mineira ou da gaúcha, através da ótica daquilo que Hall chama de identidade nacional. Desse modo ele afirma que

“as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação”. Continua ele: “nós só sabemos o que significa ser ‘inglês’ devido ao modo como a ‘inglesidade’ veio a ser representada [...] pela cultura nacional inglesa.” É nessa questão da representação que se encontra o fundamento da *identidade*, conforme se pode deduzir de Hall quando diz que “as pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação: elas participam da ideia da nação, tal como representada em sua cultura nacional. Uma nação é uma comunidade simbólica [...]”(1998, pp. 47 e 48). Aplicados esses conceitos à ideia de identidade regional, pode-se ter uma grande riqueza de elementos formadores de interessantes hipóteses.

Hall (1998, p. 51) é muito rico de conceitos, quando relaciona *identidade* com *cultura* e afirma que as instituições culturais, como também os símbolos e representações compõem a cultura nacional que nada mais é que um discurso, “um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos [...]. As culturas nacionais [...] constroem identidades”.

De grande influência em estudos dessa natureza, Benedict Anderson dá ênfase na história da imaginação, que pode ser resumida na elogiada expressão “comunidades imaginadas”, dando importância especial aos jornais na construção dessas comunidades. É o que historiadores franceses chamam de história do imaginário social.(BURKE, 2008).

É legítimo pensar em identidade regional com os conceitos utilizados para se estudar a identidade nacional? Parece que sim, se se levar em consideração as palavras de Timothy Brennan quando, citado por Hall (1998, p. 58), lembra que a palavra *nação* refere “tanto ao moderno estado-nação quanto a algo mais antigo e nebuloso – a *natio* – uma comunidade local, um domicílio, uma condição de pertencimento.”. Não é sem sentido que, para designar a região, os franceses utilizam até hoje a expressão *le pays*.

A atualidade de um estudo relativo a alguma identidade regional pode ser percebido no fato de que as identidades nacionais e outras identidades locais estão sendo reforçadas pela resistência à globalização, até fazendo com que no lugar das identidades nacionais surjam novas identidades e se fortaleçam as identidades

locais.

Nota-se atualmente que, ao lado da tendência para uma homogeneização global, existe também uma “fascinação com a diferença e com a mercantilização da etnia e da ‘alteridade’”. Há, juntamente com o impacto do ‘global’, um novo interesse pelo ‘local’ [...], fazendo parecer “improvável que a globalização vá simplesmente destruir as identidades nacionais. É mais provável que ela vá produzir, simultaneamente, novas identificações ‘globais’ e novas identificações ‘locais’.” (HALL, 1998, pp. 77 e78).

Ressaltando os efeitos da globalização, os estudos de Hall podem conduzir à ideia da importância de se analisar as identidades regionais. É assim que ele afirma que nota-se hoje que “as identidades nacionais permanecem fortes, especialmente com respeito a coisas como direitos legais e de cidadania, mas **as identidades locais, regionais e comunitárias têm se tornado mais importantes.**”(1998, p. 73, **grifo nosso**).

Peter Burke afirma categoricamente que “o conceito de comunidade passou a desempenhar papel cada vez mais importante na escrita da história nos últimos anos” (2002, p. 83), o que o levou a constatar que recentemente estudiosos “passaram a considerar a cidade como um conjunto de comunidades ou ‘aldeias urbanas’.” Por outro lado, aproximando o conceito de comunidade ao de identidade, Burke menciona um especialista que cunhou o termo “*communitas*” com o objetivo de “referir-se a solidariedades sociais espontâneas, não estruturadas (seus exemplos iam dos antigos franciscanos aos hippies).” Ora, o que é isto senão o interesse por identidades da parte, e não do todo? Ainda na mesma sequência de reflexões, ele menciona os rituais das paróquias e guildas das cidades dos primórdios da Idade Moderna e conclui que “aquilo que esses rituais estimulam é ‘identidade’ coletiva, conceito cada vez mais importante em várias disciplinas” (HALL, 1998, p. 84).

Por fim, convém ressaltar que preocupar-se com *identidade* é se envolver com uma das tendências mais atuais na historiografia: o estudo da história política, entendida no sentido bem amplo, diferente dos meros fatos, leis e nomes com que se encarava tradicionalmente esse ramo da escrita da história. É nesse sentido que Renée

Rémond (2003, p. 449) defende a ideia de que “o político é uma das expressões mais altas da **identidade coletiva**”, pois “um povo se exprime tanto pela sua maneira de conceber, de praticar, de viver a política tanto quanto por sua literatura, seu cinema e sua cozinha. Sua relação com a política revela-o, da mesma forma que seus outros comportamentos coletivos.” (**grifo nosso**)

Essas reflexões não têm por objetivo analisar conceitos, teorias, ou metodologias relacionadas com o tema identidade, mas tão-só tentar responder ao possível dilema de um historiador que, pelo estudo de narrativas, deseja buscar uma identidade política capixaba. Ela, com certeza existe. E estudá-la, como qualquer outra identidade regional, é de grande atualidade histórica.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Trad: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. Trad: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. **O que é história cultural?** Trad: Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CARDOSO, Fernando Henrique et al. **O Brasil republicano**: estrutura de poder e economia (1889-1930). 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1979. v 1.

FRANCO, Sebastião Pimentel e HEES, Regina Rodrigues. **A República e o Espírito Santo**. Vitória: Multiplicidade, 2003.

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. Trad: Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

IZOTON, Lucas. "República capixaba". **A Gazeta** (Vitória, ES), 27 abr. 2012, p. 20.

JAPIASSU, Hilton & MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de

Janeiro: Zahar, 1996.

MUNIZ FREIRE, José de Mello Carvalho. **Cartas a S.M. o Imperador**. Getúlio Marcos Pereira Neves, org. 2 ed. Vitória: IHGES, 2012. Cadernos de História nº 49.

RÉMOND, René (org.) **Por uma história política**. Trad: Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RUSS, Jacqueline. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Scipione, 1994.

SIMÕES, Roberto Garcia. Desenvolvimento econômico do Espírito Santo no século XX. In: BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **Espírito Santo: um painel da nossa história**. Vitória: Imprensa Oficial/ES, 2002.

SUETH, José Candido Rifan. **Espírito Santo, um estado "satélite" na Primeira República: de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1892-1912)**. Vitória: Flor&Cultura, 2006.